

**Despacho n.º 2516/2018:**

Subdelegação de competências no diretor da escola do serviço de saúde militar. . . . . 7382

**Despacho n.º 2517/2018:**

Subdelegação de competências no diretor do Centro de Saúde Militar de Coimbra . . . . . 7382

**Administração Interna**

Polícia de Segurança Pública:

**Despacho n.º 2518/2018:**

Regula as condições relativas ao uso e porte de arma por pessoal com funções de polícia florestal afeto aos Corpos de Polícia Florestal das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores . . . . . 7382

**Justiça**

Centro de Estudos Judiciários:

**Despacho n.º 2519/2018:**

Renovação de Comissão de Serviço, Dr. Edgar Taborda Lopes, Coordenador do Departamento de Formação . . . . . 7382

**Despacho n.º 2520/2018:**

Nomeação de docente a tempo integral para o exercício de funções no Centro de Estudos Judiciários . . . . . 7382

**Cultura**

Direção-Geral das Artes:

**Aviso n.º 3236/2018:**

Abertura de concurso para a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Apoio a Projetos no domínio da Internacionalização. . . . . 7382

**Educação**

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares:

**Aviso n.º 3237/2018:**

Nomeação do Diretor . . . . . 7383

**Aviso n.º 3238/2018:**

Lista unitária de ordenação final homologada do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de cinco postos de trabalho, em regime de contrato de trabalho por tempo determinado, com termo resolutivo certo, para carreira e categoria de assistente operacional . . . . . 7383

**Declaração de Retificação n.º 190/2018:**Retificação do Despacho n.º 10564/2017 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 5 de dezembro de 2017 . . . . . 7383**Aviso n.º 3239/2018:**

Abertura concurso para Assistente Operacional termo certo tempo parcial . . . . . 7383

**Aviso n.º 3240/2018:**

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de dois postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para as funções correspondentes à categoria de assistente técnico. . . . . 7384

**Aviso n.º 3241/2018:**

Concurso para provimento do lugar de diretor do Agrupamento de Escolas Visconde de Juromenha . . . . . 7385

**Educação e Entidades de Utilidade Pública Desportiva**

Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., e Federação Portuguesa de Columbofilia:

**Contrato n.º 138/2018:**

Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/30/DDF/2018 — Aditamento ao Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º CP/172/DDF/2017, celebrado entre o Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., e a Federação Portuguesa de Columbofilia — Atividades Regulares . . . . . 7386

e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de 12.500 euros.

3 — Este despacho produz efeitos desde 5 de dezembro de 2017, ficando por esta via ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de fevereiro de 2018. — O Ajudante-General do Exército, *José António da Fonseca e Sousa*, Tenente-General.

311165067

**Despacho n.º 2516/2018****Subdelegação de competências no diretor da Escola do Serviço de Saúde Militar**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 1253/2018, de 6 de fevereiro de 2018, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, subdelego no Major-General Paulo Cruz dos Santos Guerra, Diretor da Escola do Serviço de Saúde Militar, a competência em mim delegada para a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens, desde que superiormente autorizado.

2 — Subdelego ainda na mesma entidade, a competência em mim delegada no n.º 2 do referido Despacho n.º 1253/2018, para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de 12.500 euros.

3 — Este despacho produz efeitos desde 5 de dezembro de 2017, ficando por esta via ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de fevereiro de 2018. — O Ajudante-General do Exército, *José António da Fonseca e Sousa*, Tenente-General.

311164979

**Despacho n.º 2517/2018****Subdelegação de competências no diretor do Centro de Saúde Militar de Coimbra**

1 — Ao abrigo do n.º 4 do Despacho n.º 1253/2018, de 6 de fevereiro de 2018, do General Chefe do Estado-Maior do Exército, subdelego no Tenente-Coronel do Serviço de Saúde Medicina Joaquim Dias Cardoso, Diretor do Centro de Saúde Militar de Coimbra, a competência em mim delegada para a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens.

2 — Subdelego ainda na mesma entidade a competência em mim delegada no n.º 2 do referido Despacho n.º 1253/2018, para, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de 12.500 euros.

3 — Este despacho produz efeitos desde 5 de dezembro de 2017, ficando por esta via ratificados todos os atos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

7 de fevereiro de 2018. — O Ajudante-General do Exército, *José António da Fonseca e Sousa*, Tenente-General.

311162986

**ADMINISTRAÇÃO INTERNA****Polícia de Segurança Pública****Direção Nacional****Despacho n.º 2518/2018**

Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto e do n.º 3 do artigo 12.º do Regime Jurídico das Armas e suas Munições (RJAM), aprovado pela Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, na redação atual, e por existir necessidade de regular as condições relativas ao uso e porte de arma por pessoal com funções de polícia florestal afeto aos Corpos de Polícia

Florestal das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, que no âmbito de legislação específica, não se encontrem integralmente definidas, determino o seguinte:

1 — Para a prossecução das suas atribuições, o pessoal acima referenciado pode, em período de serviço, portar as seguintes armas:

- a) Da classe B: pistolas de calibre não superior a 7,65 mm;
- b) Da classe C: carabinas e espingardas previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 5 do artigo 3.º do RJAM;
- c) Da classe E: aerossóis de defesa e armas elétricas.

2 — As armas, a disponibilizar pelos competentes serviços, são distribuídas no início do período de serviço e recolhidas no termo deste.

3 — Sem prejuízo do cumprimento do disposto em legislação especial ou em normas regulamentares de qualquer natureza, os destinatários do presente despacho obrigam-se, em tudo o que se mostrar aplicável, a cumprir as normas legais previstas no RJAM relativas à detenção, uso e porte de armas.

4 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

21 de fevereiro de 2018. — O Diretor Nacional, *Luis Manuel Peça Farinha*, Superintendente-Chefe.

311163025

**JUSTIÇA****Centro de Estudos Judiciários****Despacho n.º 2519/2018**

Por despacho, de 12 de fevereiro de 2018, do Diretor do Centro de Estudos Judiciários, precedido de autorização do Conselho Superior da Magistratura, em deliberação do Plenário, de 6 de fevereiro de 2018 é renovada, nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 4.º, n.º 2 e 3, dos Estatutos do Centro de Estudos Judiciários, aprovados pelo artigo 1.º da Portaria n.º 965/2008, de 29 de agosto, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2018 e pelo período de três anos, a comissão de serviço, como Coordenador do Departamento da Formação do Centro de Estudos Judiciários, do Juiz Desembargador Edgar Taborda Lopes, cargo para o qual foi nomeado pelo Despacho n.º 763/2012, de 11 de janeiro, publicado no *Diário da República* de 2.ª série, n.º 14, de 19 de janeiro de 2012.

26 de fevereiro de 2018. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral, *Adelino V. Pereira*.

311162597

**Despacho n.º 2520/2018**

No uso da competência subdelegada pela Secretária de Estado da Justiça (Despacho n.º 7187/2016, de 23 de maio de 2016, publicado no *Diário da República* n.º 105, 2.ª série, de 1 de junho), ouvido o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários e obtida a autorização do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, nomeada por despacho do Diretor do Centro de Estudos Judiciários, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 80.º e 94.º, n.º 4, alínea j), da Lei n.º 2/2008, de 14 de janeiro, em comissão de serviço, por 3 anos, a Juíza de Direito, Marta Cação Rodrigues Cavaleira, docente do Centro de Estudos Judiciários, a tempo inteiro, com efeitos a 1 de fevereiro de 2018.

26 de fevereiro de 2018. — O Diretor do Departamento de Apoio Geral, *Adelino V. Pereira*.

311162726

**CULTURA****Direção-Geral das Artes****Aviso n.º 3236/2018**

A Direção-Geral das Artes (DGARTES) torna público, através do presente aviso, a abertura de concurso para a apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Apoio a Projetos no domínio da Internacionalização, e no montante financeiro global disponível de € 220.000,00, fixado por despacho, de 05/03/2018, do Secretário de Estado da Cultura.